

História e Educação em Dourados/MS: Grupos Escolares no Sul de Mato Grosso (1963-1974)

Maria do Carmo Brazil
Wilker Solidade da Silva

A não continuidade histórica se tornou um atrativo peculiar para os aventureiros que se lançam nos emaranhados da pesquisa em educação. No campo da historiografia, em especial, até meados da década de 1980, as abordagens e os métodos utilizados para a pesquisa histórica seguiam a tendência tradicional de escrita, cuja prioridade eram os temas nacionais, muitas vezes em detrimento das contradições travadas em níveis regionais. A partir da década de 1990, houve rupturas nos paradigmas existentes a cerca desse campo, proporcionando a abertura de um manancial de possibilidades de pesquisa, o que justifica a realização do presente trabalho, este que tem como pretensão, a de proporcionar visibilidade à história da educação e das instituições escolares nos distritos urbano/rurais do município de Dourados, no período que envolve os anos de 1963 e 1974.

Dada à pequena produção historiográfica sobre história e memória da educação na região de Dourados, nesse período, principalmente no que tange aos Grupos Escolares e sua importância para a construção da identidade do que hoje entendemos como educação no município, o presente ensaio faz parte de um estudo específico que envolve as dimensões históricas das instituições no estado de Mato Grosso, com base na revisão de literatura já existente sobre a temática, e pesquisa de campo, esta que por sua vez evidencia a relevância sociocultural do tema, e viabilidade de investigação, explicada pela abundância de material empírico.

Esse mesmo levantamento do material produzido em torno da temática, evidencia que existem lacunas significativas acerca da história das instituições, sobretudo concernente aos estabelecimentos de Grupos Escolares, o que justifica o investimento acadêmico, institucional e a contribuição sociocultural que a presente pesquisa se propôs a realizar.

Para tanto, partimos das reflexões de Nosella e Buffa (2008) a respeito do estudo com instituições escolares, estes que defendem que tal linha de pesquisa representa

atualmente um leque de oportunidades a ser explorado por educadores no sentido de contribuir para o avanço da história da educação no Brasil. Os autores observam que esses estudos produzidos em sua maioria nos Programas de Pós-Graduação em Educação, elegem a instituição escolar como objeto de abordagem e, durante o processo investigatório, orientam considerar sempre sua essência material, seu “contexto histórico” e as circunstâncias particulares de sua criação e instalação.

Estudos, como os de Diana Vidal (2005) nos mostram que as pesquisas sobre as instituições escolares no Brasil ganharam fôlego significativo, sobretudo, a partir dos anos 1990, estes caracterizados pela consolidação dos programas de Pós-Graduação no cenário nacional, pelo pluralismo epistemológico e, como consequência da influência da historiografia de vertente francesa, que proporcionou novas propostas de análise crítica.

Nessa linha também, Brazil e Furtado (2010), explanam sobre os novos rumos da pesquisa no campo da historiografia educacional brasileira a partir desse período, evidenciados pelos inúmeros pesquisadores que passaram a fazer críticas envolvendo temáticas tidas como legítimas nos anos de 1970 e 1980, convergindo assim num repensar sobre os estudos da sociedade e educação, “os quais não conseguiam abarcar a complexidade e diversidade dos temas investigados” (BRAZIL; FURTADO, 2010, p.288), resultando num momento a partir do qual as análises temáticas passaram a enxergar a escola como *lócus* das relações sociais, germinando estudos sobre a dinâmica da escola em suas singularidades (NOSELLA; BUFFA, 2008, p.16).

No caso específico dos Grupos Escolares, a cunho do ensino primário, nosso objeto de estudo, a análise que a eles se refere emerge no cenário nacional a partir do ano de 1996, como contribuição à História das Instituições Escolares, em particular, e da História da Educação Brasileira, em geral.

Nesse campo da pesquisa, entendemos que para qualquer abordagem a cerca de um objeto histórico, seguindo as análises de Michel de Certeau (2006), se faz necessário uma aproximações entre este e sua composição social, a fim de que seja possível identificar as singularidades do núcleo educacional, no caso específico dos Grupos Escolares, articuladas às condições políticas e sociais do Estado brasileiro. Aspecto este que tende a permitir a identificação de suas contradições internas, suas conexões entre a parte e a totalidade da realidade econômica, política, social e cultural.

Para este autor, é necessário que procuremos incorporar na pesquisa uma dinâmica relacional entre lugar (social) de onde se fala, procedimento de análise e construção do discurso, o que em tese significa que a produção de um escrito se vincula à sua realidade direta e às ações humanas, pois nessa ótica, qualquer “operação historiográfica” envolve lugar social, prática científica e escrita.

Para compreender mais sobre essa fundamentação, recorreremos à Vidal (2005), a cerca das pesquisas em educação e sua escrita. Ela orienta que, quando de um estágio à outro, se deve adestrar o olhar para o trato dos dados arrolados com direcionamento ao seu exame minucioso, pois para a autora, estes podem revelar parte do passado da instituição e caracterizar o agente/ator social que frequentava essa escola. Este exame pode ser visto como o diálogo com o material empírico escolar, o que permite que o pesquisador visualize os sujeitos sociais em suas práticas cotidianas, bem como as relações estabelecidas com a escola, a cidade e a região, dando-lhes historicidade. Vislumbram-se nessa análise os aspectos organizacionais da unidade institucional e o perfil do estabelecimento docente, os saberes e a cultura das práticas cotidianas tecidas por professores, servidores e alunos.

Quando da pesquisa, as fontes estão na origem, de fato elas constituem “no ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica: que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado. Ou seja, nelas que se apoiam o conhecimento que produzimos a respeito da história” (SAVIANI, 2004, p. 05), e nos fundamentamos para sua escrita.

Nas instituições educativas, os arquivos escolares se constituem no repositório dos documentos de informação – fontes -, que estão diretamente relacionados com o seu funcionamento, e mais especificamente no que tange ao material empírico, na ótica de Furtado (2012), compreende-se que também as mensagens dos gestores, bem como as comunicações do interior da escola para com a representação governamental, se constituem em uma importante fonte de pesquisa para a História da Educação, pois elas trazem o discurso oficial em relação à educação, bem como o que tange à legislação relacionada, esta que com o trato correto, se constitui como fonte histórica documental da mais alta importância para se produzir conhecimento histórico. Todavia, “não basta analisar tais fontes de forma mecanizada, ou seja, a lei pela lei, sem (ou só) estabelecer

ligações entre o poder político hegemônico e seu tempo/espaço social” (FURTADO, 2012).

E em tese, as escolas apresentam-se como espaços portadores de fontes de informações fundamentais para a formulação de pesquisas, interpretações e análises sobre elas próprias, as quais permitem a compreensão do processo de ensino, da cultura escolar e, conseqüentemente, da História da Educação. História da Educação essa que, ainda à sombra de Saviani (2008) é permeada pelas relações das atividades desenvolvidas pelos indivíduos e as contradições sociais decorrentes dessas ações, compondo o motor da história.

E, embasados na ideia de que os espaços escolares das escolas rurais e urbanas dialogam com seu tempo e objetivos, apontando para as relações entre cultura, organização e educação, sendo estes dotados de uma cultura própria, dela e para ela, que não somente forma o indivíduo, mas também forma uma cultura que penetra, molda e modifica a cultura da sociedade (CHERVEL, 1990), é que nos remetemos à perspectiva do estudo dos Grupos Escolares no sul de Mato Grosso, com ênfase especial aos distritos urbano-rurais da cidade de Dourados.

Por base, e almejando alcançar uma análise significativa, recorrer-se-á às reflexões dos clássicos autores Michel de Certeau (1970) e Bordieu (2002), e a uma análise historiográfica centrada nas abordagens inovadoras e mais recentes acerca da história das instituições escolares de Faria Filho (2004); Nosella e Buffa (2007); Reis (2003); Sena e Brito (2007); Vidal (2005).

Grupos Escolares

As pesquisas historiográficas na área da educação, com maior destaque aos Grupos Escolares, nos proporcionam uma convergência significativa ao investigar o modo como uma realidade social é construída em lugares e tempos distintos, no intuito de perceber as relações existentes entre os diversos atores e agentes sociais. Para esse tipo de pesquisa, De Certeau (2006) aponta parâmetros que norteiam sua escrita, envolvendo para tanto desde a fabricação de um objeto, a organização do tempo e o trabalho de desfiguração, à análise temporal.

Nesse alcunho, é passível compreender que pesquisar o processo de institucionalização e consolidação desses grupos significa um novo olhar para a escola do passado, com características além das hoje pensadas, como identidades próprias e reflexos distintos, o que nos permite aferir que a história da educação vai além da história dos ideais e dos discursos pedagógicos. Significa entender, como afirma Sanfelice (2009, p. 77), que uma instituição escolar ou educativa é a síntese de múltiplas determinações, de variadas instâncias, sejam elas políticas, econômicas, culturais, religiosas, da educação geral, moral ou ideológicas, que agem e interagem entre si, ‘acomodando-se’ dialeticamente de maneira tal que daí resultem uma identidade, esta muitas vezes não exposta.

Segundo Faria Filho (2000), o Grupo Escolar não é apenas tomado como instituição modelar que sintetiza expectativas pedagógicas e políticas de racionalização e modernização social e educativa. Ele é também signo e dispositivo de conformação de uma cultura urbana e também signo e estratégia de configuração da ordem republicana.

Estudar este modelo específico de escola ao longo da história da educação brasileira provoca a necessidade de tentar compreendê-lo, analisá-lo, e questioná-lo, detectando os principais movimentos de ordem política que impulsionaram ou dificultaram a sua organização, conforme o desenvolvimento da sociedade em que esteve inserido.

Emergia a partir da fundamentação destes, o princípio de escola laica, da liberalidade no ensino e da instrução pública primária obrigatória, no qual se patenteava o direito à educação, o dever do Estado e da família em proporcionar-la à criança em idade escolar, e se propagava com eminência dos Grupos o ideário civilizatório, moderno e popular, este que:

[...] constituíram-se numa nova modalidade de escola primária, uma organização escolar mais complexa, racional e moderna. Implantados no Brasil no início do período republicano, tornaram-se, ao longo do século XX, no tipo predominante de escola elementar encarnando o sentido mesmo de escola primária no país. Dessa maneira, a história dos grupos se confunde com a história do ensino primário e está no centro do

processo de institucionalização da escola pública (Souza e Faria Filho, 2006).

Surgida primeiramente na Europa e nos Estados Unidos, essa modalidade de escola ao ser inserida no Brasil, conforme Vidal (2006, p.10) teve uma importância singular na construção simbólica da escola primária brasileira e na produção histórica da educação no Brasil. A implantação dos grupos transformou o curso da história do ensino público primário no país, por meio de uma organização curricular e administrativa que apresentava um ensino seriado em que os alunos eram distribuídos homogeneamente sob a orientação de um só professor. Afirma Souza (2004, p. 117) que “[...] localizados nos centros urbanos, os Grupos escolares ofereciam melhores condições de trabalho, facultavam a socialização de experiências e uma forte identificação institucional”.

Implantado pelos republicanos no estado de São Paulo, no final do século XIX ampliou-se para outros estados da federação, como o Rio de Janeiro (1897), Maranhão e no Paraná (1903), Minas Gerais (1906), Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Santa Catarina (1908), Mato Grosso (1910), Paraíba (1911), Sergipe (1916), Goiás (1918), Piauí (1922) (VIDAL, 2006, p. 7), promovendo a reorganização da escola pública primária nesses estados, em forma de democratização do ensino, acompanhando o movimento de renovação e modernização do ensino público, comprometido com os ideais republicanos de erradicação do analfabetismo e universalização da instrução popular, em tese.

Para Nascimento (2006, p.338), essa democratização do ensino por meio da expansão das escolas era um avanço inicial estabelecido como forma de transformação política no país, pois para controlar os problemas sociais e manter a unidade em torno do ideal republicano no Estado era preciso oferecer a abertura de escolas, como sinônimo de atendimento aos reclamos das classes que iriam manter os republicanos no poder.

Contudo, como afirma Souza (1994, p. 118), essa disseminação do modelo escolar paulista para outros estados brasileiros foi marcada por ambiguidades envolvendo atração, repúdio e apropriações diversas, [...] mas, a visibilidade e força

exemplar dos novos métodos de ensino e instituições de educação pública, sintonizados com as inovações educacionais empreendidas nos países europeus e nos Estados Unidos e, estreitamente associados aos ideais de modernização da sociedade brasileira, suscitaram num pseudo-aceitamento por parte dos estados.

No que se refere ao estado de Mato Grosso, reportamos aos estudos realizados por Reis (2006, p.202), que destaca a organização da escola primária pública diante do novo modelo de educação estatal, representado pelos Grupos Escolares, este que: “[...] surgiu com a tarefa primeira de, por meio do ensino, garantir que a população em seu conjunto fosse homogeneizada, e, para tanto, o conhecimento das primeiras letras e das noções de coisas era requisito básico”.

Ao assumir o governo de Mato Grosso, Pedro Celestino Corrêa da Costa (1908-1911), apresentou um programa governamental com o objetivo de industrializar o estado e vinculou o alcance desse objetivo à necessidade de investir na reorganização da instrução primária e na formação de professores (REIS; SÁ, 2006), e como sinal precursor das reformas, por meio da Resolução nº. 508, de 16 de outubro de 1908, criou várias escolas primárias e autorizou o governo de Mato Grosso a constituir três Grupos Escolares, sendo dois para o distrito de Cuiabá e um para a cidade de Corumbá (MARCÍLIO, 1963, p. 129).

Como sinal de transformação social, a educação passou a representar um patamar significativo nesse processo, e tomando méritos de análise com base no crescimento econômico, devemos lembrar que o estado de Mato Grosso, estando de certa forma fora do círculo capitalista de modernização econômica, fez com que os governantes buscassem se inserir no projeto nacional, o que por fim teve como resultante o desencadeando da modernização das cidades e sua urbanização, oferecendo a infra-estrutura necessária para a época, como a implantação de serviços de encanamento de água, melhoria da iluminação, construção de estradas, ferrovias, pontes, entre outros, visando propiciar o desenvolvimento do estatal (OLIVEIRA; RODRÍGUEZ, 2009, p.100).

Para Faria Filho (2000), a criação dos grupos escolares era defendida não apenas para “organizar” o ensino, mas, principalmente, como uma forma de “reinventar” a escola, com o objetivo de tornar mais efetiva a sua contribuição com os projetos de

homogeneização cultural e política da sociedade e dos sujeitos sociais. Dentre outras coisas, reinventar a escola também significava organizar o ensino, suas metodologias e conteúdos; formar, controlar e fiscalizar os professores; repensar a relação com as crianças, famílias e com a própria escola, e mais do que nunca, adequar espaços e tempos para o ensino (FARIA FILHO, 2000). E parafraseando o autor, se no início da República os Grupos Escolares surgiram como uma forma de reinventar a escola, na segunda metade do século XX a escola estava diante do desafio de trilhar os caminhos que viabilizassem a sua “*renovação*”.

Difícil pensar na institucionalização de uma política educacional sem pensar no processo concomitante que resultou nessa política, e dessa forma, almejando situar um pouco melhor o cenário em que desenvolveu a constituição dos Grupos Escolares no recorte espacial adotado, passemos para um modelo didático linear sobre o processo de construção social histórica que permearam a efetivação do que veio a ser os Grupos Escolares na história brasileira.

Grupos Escolares no Brasil: construção de uma identidade

No Brasil e no mundo, o final da Primeira República foi marcado no campo político e econômico pelo o que ficou conhecida como a “Grande Depressão” em 1929, seguida de crise econômica. Essa crise que começou no início dos anos 1920 e explodiu fortemente em 1929, repercutiu diretamente sobre as forças produtoras rurais que, como consequência, passa a não obter mais subsídios para produção, outrora oferecido pelo governo.

Como reflexo da Revolução de 1930 no país, no setor político houve o rompimento da chamada política do ‘café-com-leite’ e a instalação do governo Vargas (1930-1945), tendo como eixo principal o incentivo ao setor industrial. No campo da economia, o país ingressou num período de expansão industrial, afastando do poder as tradicionais oligarquias que simbolizavam os interesses agrários comerciais.

Os anos que se seguiram após a “Revolução de 1930” foram marcados por agitação e movimentos de renovação educacional. Ao assumir o poder em 1930, o Governo Provisório criou o Ministério da Educação e Saúde Pública, cuja ação se fez

sentir logo por meio dos atos de seu primeiro ministro, Francisco Campos, este que, por meio de uma série de decretos, definiu mecanismos para o ensino superior, secundário e comercial em todo território nacional.

Como o foco do texto é a efetivação dos Grupos Escolares no Estado de Mato Grosso, voltamos à década de 1910, para falar sobre sua efetivação enquanto política social. Nesse ano o então presidente da República autorizou a reorganização da Instrução Pública do Estado, por meio da Lei nº 533, de 4 de julho de 1910, quando da implantação dos grupos escolares nas cidades com maior número populacional e de maior desenvolvimento econômico, como é o caso de Cuiabá, Corumbá e Campo Grande, localizada no sul do estado, e do Decreto nº 265, de 22 de outubro do mesmo ano, que expedia o Regulamento para a Instrução Primária de Mato Grosso, a ser observado a partir de 1911.

No Mato Grosso, a poucos passos, as elites dominantes buscavam se inserir aos projetos nacionais o que convergiu como já mencionado, na modernização das cidades mais densamente populosas, sua urbanização, com base em serviços de encanamento de água, melhoria da iluminação, construção de estradas, ferrovias, pontes, entre outros, propiciando um desenvolvimento considerável, a citar também no campo educacional.

Na estrutura anterior, as escolas primárias então chamadas de primeiras letras, tinham a configuração de classes isoladas ou avulsas e *unidocentes*. Nesse modelo, uma escola era uma classe regida por um professor, que ministrava o ensino elementar a um grupo de alunos em níveis ou estágios diferentes de aprendizagem. E estas escolas isoladas, uma vez reunidas, deram origem, ou melhor, foram substituídas pelos Grupos Escolares (SAVIANI, 2004, p. 24)

Em suma, os Grupos Escolares, então, são criados a partir da reunião de escolas isoladas e agrupadas pela proximidade, sob uma única direção, organizaram-se em classes seriadas, seguindo a uma unidade de programa e de horário, sendo que o programa desenvolvido passa a observar uma sequência gradual dos conteúdos.

Ao todo, até o início da década de 1930 somaram-se onze Grupos Escolares criados em Mato Grosso, a partir das reformas da instrução pública empreendidas na primeira gestão de Pedro Celestino Correa da Costa. (MATO GROSSO, 1978). Entretanto, esse aporte aconteceu somente nas cidades que mais se destacaram

economicamente, como é o caso de Campo Grande, localizada no sul do estado, e única no período.

Nesse mesmo período temporal, a educação brasileira também vivenciava a efervescência do movimento denominado de Escola Nova, que se fortaleceu na década de 1930 e provocou impactos na cultura escolar brasileira por mais de três décadas, após a divulgação do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova em 1932, redigido por Fernando de Azevedo e assinado por conceituados educadores como Anísio Teixeira. O Manifesto revolucionou ao determinar a configuração do campo pedagógico, as políticas educacionais, a profissionalização dos educadores e a constituição de práticas educativas, atingindo o sistema público de ensino e influenciando reestruturações e mudanças no universo escolar.

Com o golpe de Estado de 1937, instaurado na gestão do presidente Getúlio Vargas, assumiu o governo do estado de Mato Grosso, na função de interventor, Julio Muller, este permanecendo no cargo até 1945. O Estado ditatorial de Vargas arrefeceu os debates educacionais, mudou as relações entre Estado e sociedade e fortaleceu a centralização do poder. Tal conjuntura evidenciou-se nos termos da Constituição de 1937, imposta a sociedade brasileira.

O sul do Estado do Mato Grosso, na primeira metade do século 20, representava para o Brasil um importante ponto estratégico para desenvolvimento agro rural, e ao mesmo tempo, uma fronteira seca, que convergiu, ao longo da história brasileira, na necessidade de efetivação da nacionalização, intuito firmado no período do Estado Novo com o discurso de povoar os “espaços vazios” existentes no estado, ocupar as áreas de fronteiras e integrá-las ao território brasileiro, no que ficou conhecido como “Marcha para o Oeste”.

A partir da Constituição de 1937, a política educacional era fundamentada num texto constitucional embasado no preparo do trabalhador, baseado no ensino pré-vocacional e profissional, ligados à produção industrial, o que tomava obrigatório o ensino de trabalhos manuais em todas as escolas normais, primárias e secundárias, o que levou muitos autores a discutir a urbanização e industrialização como os fenômenos fundamentais para o processo de escolarização da população.

O município de Dourados, localizado a sudoeste do atual Mato Grosso do Sul, faz parte de uma linha fronteiriça do Brasil com o Paraguai. Dourados foi elevado à categoria de município em 1935, pelo Decreto Estadual de nº 30, desmembrado-se de Ponta Porã, do qual era um vilarejo até então. Neste ano, Dourados contava com uma população estimada em aproximadamente 20 mil habitantes e compreendia 21.250 quilômetros quadrados de território, limitando-se com os municípios de Ponta Porã, Maracaju, Entre-Rios (Rio Brillhante) e com o Estado do Paraná. (GRESSLER, 1995, p.17).

A orientação política, conhecida como “Marcha para Oeste”, incentivava o desenvolvimento e a ocupação do Centro Oeste brasileiro através de estímulos migratórios para essa região, pois ainda nessa década, cerca de 90% da população brasileira assentava-se em mais ou menos um terço do território nacional, e portanto, além da ocupação do centro-oeste a Marcha para Oeste devia alcançar a região amazônica.

No município de Ceres, em Goiás, foi implantada no ano de 1941, a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), oriunda da política varguista. No ano de 1943, visando um salto do setor agrícola para a economia nacional, foi criada a Colônia Agrícola Nacional de Dourados, pelo Decreto-Lei n. 5941, de 28 de outubro. Segundo Brito (2001, p. 39):

[...] O objetivo do governo federal, com este projeto, era abastecer de cereais os mercados do Centro-Sul do país [...], eram de pequena produção, não gerando um excedente significativo [...]. Assim, nessas áreas de colônia, caracterizadas por minifúndios formados de culturas permanentes, os produtos mais cultivados eram os típicos da pequena propriedade: amendoim, algodão, arroz, café, feijão e milho. Apesar da pequena monta desta iniciativa, ao final deste período, em meados dos anos 40, a região de Dourados começou a despontar dentro das estatísticas oficiais sobre Mato Grosso (BRITO, 2001).

A área da Colônia Agrícola de Dourados era de 409.000 hectares (com um excedente de 109.000 hectares referente à área pelo decreto que a criou) e possuía

aproximadamente 10 mil famílias. A distribuição e titulação dos lotes foram feitas de uma forma que evitasse que os mesmos fossem vendidos antes de doze meses, trazendo para a região muitas levas de imigrantes e brasileiros que cultivavam café.

Nesse novo cenário, em razão das exigências da acumulação capitalista — entre elas a reprodução da força de trabalho, a socialização desta e a produção da “harmonia” social necessária à mesma — e em sintonia com o projeto nacional, é que se vai verificar a promoção de políticas sociais, na região, entre elas a política educacional (FERNANDES; FREITAS, 2003, p.2).

Dos anos de 1943 a 1964, o desenvolvimento do estado foi acelerado gerando assim um ambiente modernizante e progressista, tendo como consequência a criação no sul do estado de novos municípios. Em menos de 15 anos após a efetivação da CAND, concentrava-se no município de Dourados o total de 84.955 habitantes, sendo 16.468 em zona urbana e 68.483 na área rural (80,62% do total, o maior índice da história do município), o que estampava o perfil social eminentemente rural do município.

Como consequência desse avanço demográfico em pouco tempo, integraram-se ainda a jurisdição administrativa do município de Dourados outros centros populacionais, denominados distritos, a citar: Guaçu (Lei n 150/48); Picadinha (Lei n. 119/58). Panambi (lei n. 1.207/58); São Pedro (Lei n. 2.102/58); Serraria (lei n. 2.101/63); Vila Vargas (Lei n. 2.092/63); Vila Formosa (Lei n. 325/82) e Itahum (Lei n. 661/53), proporcionando ao município um vasto território 4.096,9 Km².

Educação Primária no sul de Mato Grosso

Os primórdios das escolas primárias em Mato Grosso se deparou com dificuldades de organização comuns a regiões diversas de baixa densidade demográfica e grande extensão territorial. Os problemas de comunicação entre a capital Cuiabá, e os municípios mais distantes, como os localizados no sul do estado, contribuíram para a lenta e gradual instalação e modernização das escolas primárias mato-grossenses.

No viés do processo de transformação social, como já mencionado anteriormente, no estado de Mato Grosso, o presidente de Estado Pedro Celestino Corrêa da Costa com o intuito de modernizar o sistema escolar, para atender suas metas

de governo, realiza uma reforma no ensino primário, criando em 1910 os Grupos Escolares, que deveria reunir em um só estabelecimento várias escolas isoladas.

Em 1927, o novo Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado, substituiu o de 1910, reorganizou a classificação das escolas primárias no estado de Mato Grosso, em: escolas isoladas rurais, escolas urbanas, cursos noturnos, escolas reunidas e grupos escolares.

Estes que deveriam seguir os seguintes moldes: I – Escola isolada rural – A escola isolada rural tem por fim ministrar a instrução primária rudimentar. É localizada a mais de 3 quilômetros da sede municipal; II – Escola urbana – A escola isolada é urbana quando localizada num raio de até 3 quilômetros da sede do município; III – Cursos noturnos – Os cursos noturnos são semelhantes às escolas isoladas urbanas e se destinam aos meninos maiores de 12 anos, que forem impossibilitados de frequentar as escolas diurnas; IV – Escolas reunidas – Quando num raio de 2 quilômetros funcionarem três ou mais escolas isoladas, com frequência total mínima de 80 alunos, o governo poderá reuni-las num só estabelecimento, que receberá a denominação de “escolas reunidas” V – Grupos escolares – Serão criados se houver, pelo menos, num raio de 2 quilômetros, 250 crianças em idade escolar. As escolas reunidas que, em virtude de desdobramento de suas classes funcionarem, durante um ano, com 8 classes serão transformadas em grupos escolares. (BRASIL, 1942, p. 15-17)

No município de Dourados, as primeiras escolas surgiram na área urbana, somente a partir da década de 1930, funcionando inicialmente na casa dos próprios professores, com turmas mistas, e poucos recursos para a aquisição de materiais didáticos e para a manutenção das escolas (FERNANDES; FREITAS, 2003).

No que tange aos Grupos Escolares, entretanto, mesmo com a regulamentação do ensino, sua criação ocorreu de forma muito gradativa em todo o estado, as escolas isoladas, e reunidas foram contemporâneas a eles, até a segunda metade dos anos 70 do século XX, quando os Grupos Escolares começaram a se transformar em escolas estaduais. Entretanto, de acordo com as pesquisadoras Stein e Brito (2002), dado o alto custo da instalação e manutenção dos Grupos Escolares, os mesmos foram inicialmente “criados apenas nas cidades econômica, populacional e culturalmente mais significativas de Mato Grosso.”

Especificamente na região sul do sul do estado de Mato Grosso, a década que se segue de 1930 e 1940, pode-se dizer que, o setor político foi marcado por constantes disputas políticas com elevação ou queda de membros dos grupos dominantes. No campo da economia a região passou por um processo de diversificação de suas atividades, especialmente após a implantação da CAND, que trouxe para a região sul um intenso desenvolvimento populacional, deslocando o eixo econômico da pecuária para a agricultura.

No início da década de 1940, a esfera municipal criou a primeira escola municipal e ampliou sua atuação nos anos subseqüentes. Em 1946, o Decreto Municipal nº 70 estabelecia o regulamento da Colônia Agrícola Nacional de Dourados e, no seu art. 22, determinava a oferta de “instrução primária” gratuita para os filhos de colonos, com frequência obrigatória, e, no artigo 38, estabelecia multa de Cr\$ 100,00 para pais de menores não freqüentes e “comparecimento intermédio da autoridade policial”. Estabelecia-se, assim, a política de oferta e regulação da educação pública municipal voltada para a área rural. (GRESSELER, 1988, p. 19)

No Brasil, entre os anos de 1946 e 1960 os debates sobre os rumos do sistema educacional se intensificaram, redundando na Lei nº 4.024, promulgada em 20 de dezembro de 1961, que estabelecia as diretrizes e bases da educação nacional. Permanecia no corpo da Lei as reivindicações da Igreja Católica e dos proprietários de escolas privadas a despeito dos interesses daqueles que defendiam o a educação como dever do estado brasileiro. À luz dos princípios presentes na Constituição de 1946, foi publicada a LDBN em 20 de dezembro de 1961 pelo então presidente João Goulart (BRAZIL; MANCINI, 2012).

É nesse período que, segundo a pesquisadora Bethânia Pastor Lima (2010, p.16), no município de Dourados foi despertado o interesse político institucional em criar escolas, tendo em vista que até então só existia uma unidade escolar na região, e esta de cunho confessional protestante. A primeira escola pública gratuita do município foi fundada em 1947, denominada Escola Mista Joaquim Murтинho, sita no distrito sede, e oferecendo o ensino primário, atendia sozinha a demanda da população que lhe cabia o acesso à educação.

Na década de 50 o Brasil foi marcado pelo Manifesto dos Educadores, e suas reivindicações refletem nos rumos do sistema educacional nacional, redundando posteriormente na Lei n. 4.024 de 1964, ano que não só mudou a estrutura da educação brasileira, mas como a de todo o país.

Em 1964 foi conclamado um dos períodos mais díspar da história brasileira com o início do período da Ditadura Militar (1964-1985). Com o golpe de 1964 espalhou-se por todo o Brasil atos de violência, perseguições políticas e inúmeras atitudes que interromperam o processo democrático brasileiro que se organizava após 1946, e a administração do ensino que já possuía uma sistematização de cargos desde a LDB de 1961, passou a contar com uma organização mais ampla, que incorporou a escola a uma rede de poderes hierarquizados de controle, vigilância e fiscalização, compostos por cargos e setores.

Desde então, por intermédio do governo brasileiro foi assinada uma série de convênios entre Ministério de Educação e Cultura (MEC) e Agência para o Desenvolvimento Internacional (AID), estabeleceu como meta do Plano Decenal de Educação da Aliança para o Progresso, um dos primeiros acordos centrado no aperfeiçoamento do ensino primário, com a expansão quantitativa dos sistemas escolares e com o aumento da sua produtividade (FAZENDA, 1988, P. 126), mesmo que sem grandes êxitos no estado de Mato Grosso.

O que não significa afirmar que a educação escolar não esteve na pauta do projeto de modernização do estado. Os regulamentos da instrução, bem como as normativas, Leis e mensagens do governo de Mato Grosso atestam isso, trazendo inovações que dialogavam com as de outros estados, como obrigatoriedade, laicidade e gratuidade do ensino, mesmo quando era somente a administração estadual que cuidava do assunto.

Em pauta, o município de Dourados sofreu com a distância, com a baixa densidade demográfica, sobretudo, na área distrital, e ainda mais com as disputas internas pelo poder local. Ainda assim, a documentação que vem sendo recolhida e as fontes que aos poucos estão sendo elencadas, comprovam o esforço de instalação e organização da escola primária, para além das dificuldades e dos problemas encontrados: as escolas selecionadas para análise de pesquisa comprovam tal esforço.

No processo de construção da identidade dessas instituições, em especial os Grupos Escolares, enquanto o auge da Ditadura Militar, em que qualquer expressão popular contrária aos ditames do governo era reprimida, é instituída a Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Uma das características mais significativas desta Lei foi a tentativa de dar uma formação educativa de cunho profissional e tecnocrática, porém, a mais emblemática foi o estabelecimento do sistema nacional de 1.º e 2.º graus, que instauraram mudanças decisivas para o funcionamento e práticas educativas das modalidades de escolas primárias, como a dos Grupos Escolares, estas que só foram efetivadas no sul de Mato Grosso em 1974, o que marca o recorte final da presente pesquisa

No cenário douradense, pouco se tem escrito sobre a consumação do processo de escolarização no município e essa carência acaba por prejudicar não somente a compreensão da posição sócio-cultural da população, mas também, no que tange as lacunas a cerca do peso que essas instituições representam para a própria construção da identidade cultural douradense.

Em síntese, a proposta do trabalho que se desenvolve é a de contribuir para que seja possível construir, ou mapear, o processo de construção dessa identidade, bem como a institucionalização da escola nas regiões mais distantes do distrito sede do município de Dourados, tendo em vista a precariedade de pesquisas acadêmicas sobre a temática, pois, se a efetivação dos Grupos Escolares foi se formulando de maneira parca na região mais populosa do Estado, o que pensar sobre as regiões mais interioranas das cidades interioranas? E como foi o impacto desses grupos, que representavam o que tinha de mais moderno no que tange a educação, para o cenário educacional e social das regiões onde eram inseridos? Em suma, embebidos na necessidade de se estudar todo o processo de construção do que compreendemos como cenário educacional sulmatogrossense é que investimos nossas apostas no trato das instituições escolares.

Pois, partimos da premissa de que a análise de “casos” singulares, como o é dessas instituições, proporcionam abordagens com foco nos micro movimentos e propostas dos estabelecimentos de ensino, estes em diálogo com as políticas educacionais e macro-projetos de renovação pedagógica do período, o que resulta no traço de sua identidade local e temporal.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 10 e 20 Graus nº 5.692 de 11 de Agosto de 1971*. Brasília – DF, 1971.

_____. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 10 e 20 Graus nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961*. Brasília – DF, 1961.

BRAZIL, Maria do Carmo. FURTADO, Alessandra Cristina. *Instituições Escolares em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: primeiros apontamentos sobre a produção historiográfica nos séculos XX e XXI*. Dourados, MS, Edu.UFGD, 2011

BRAZIL, Maria do Carmo; MANCINI, Ana Paula Gomes. *História das instituições formadoras de professores na fronteira Brasil-Paraguai: o caso de Dourados, Mato Grosso (UNO)-1940-1970*. Teoria e Prática da Educação, v. 15, n. 1, p. 123-136, 2012.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. 2ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CHERVEL, André. *História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa*. Teoria & educação, v. 2, p. 177-229, 1990.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos Pardieiros aos Palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: UPF, 2000.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. *Educação no Brasil anos 60: O pacto do silêncio*. São Paulo. Loyola: 1988.

FERNANDES, Maria Dinéia Espíndola; FREITAS, Dirce Nei Teixeira. Percursos e desafios da municipalização do ensino fundamental em Dourados, MS. In: 26 Reunião Anual da ANPED: novo governo. *Novas políticas?* Poços de Calda: ANPED, 2003.

FURTADO, Alessandra Cristina; MARQUES, Inês Velter. *Fontes para pesquisa e escrita da história da educação em dourados e região (1940-1990): mapeamento e inventário*. SBHE: Rio de Janeiro, 2012.

GRESSLER, Lori Alice. *Aspectos históricos do povoamento e da colonização do estado de Mato Grosso do Sul*. Dourados, 1988.

NOSELLA, Paulo; BUFFA, Ester. *Instituições escolares: por que e como pesquisar*. IN: Ademir Valdir dos Santos; Ariclê Vechia (Org.). *Cultura Escolar e História das Práticas Pedagógicas*. UTP: Curitiba - PR, 2008.

MARCILIO, Humberto. *História do Ensino em Mato Grosso*. Cuiabá: Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, 1963.

MATO GROSSO. Decreto nº 265, de 22 de outubro de 1910. Regulamenta a Instrução Pública Primária. *Coleção de Leis e Decretos*. Cuiabá: [s.n.], 1910. APMT - Livro n. 213, p. 119-153.

_____. Decreto nº 68, de 20 de junho de 1896. Regulamenta a Instrução Pública Primária. *Coleção de Leis e Decretos*. 1893 a 1896. Cuiabá: [s.n.], 1896. APMT - Livro n. 4, p. 66-100.

_____. Decreto nº 759, de 22 de abril de 1927. Regulamenta a Instrução Pública Primária. *Coleção de Leis e Decretos*. Cuiabá, [s.n.], 1927. p. 163-227. APMT.

_____. *Decreto nº 353, de 13 de janeiro de 1914*. Dá novo regulamento à Escola Normal e Modelo Anexa. Cuiabá 13 jan. 1914. APMT.

REIS, Rosinete dos. A implantação dos grupos escolares em Mato Grosso. In: *Instantes e Memória da História da Educação*. Brasília-DF / Cuiabá-MT: 2006.

REIS, Rosinete Maria dos; SÁ, Nicanor Palhares. *Palácios da instrução: institucionalização dos grupos escolares em Mato Grosso (1910-1927)*. Cuiabá: EdUFMT, 2006. Coleção coletânea educação e memória.

RODRÍGUEZ, Margarita V.; OLIVEIRA, Regina T. Cestari de. História da escola normal no estado do Mato Grosso: implantação e consolidação no sul do estado. In: ARAÚJO, José C. Souza; FREITAS; Anamaria G. B. de; LOPES, Antônio de P. Carvalho. *As escolas normais no Brasil: Do império à república*. 1ª Edição. Campinas: Editora Alínea, 2008. Cap. 21, p 341-354.

SANFELICE, J. L. *História e historiografia de instituições escolares*. In: Revista HISTEDBR on-line. Campinas, nº 35, p. 192-200, set. 2009. Acessada em 01/03/2013 às 15:30hs.

SAVIANI, Demerval. *O legado educacional do “longo século XX” brasileiro*. IN: SAVIANI, Dermeval. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. p. 33-38.

_____. SAVIANI, Dermeval (Orgs.). *Instituições Escolares no Brasil: conceitos e reconstrução histórica*. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR: Sorocaba, SP, Uniso, Ponta Grossa: UEPG, 2007.

SOUZA, Rosa Fátima de. FILHO, Luciano Mendes de Faria. A Contribuição dos Estudos sobre grupos escolares para a renovação da História do Ensino Primário no Brasil. In: VIDAL, Gonçalves Diana. *Grupos Escolares. Cultura Escolar Primária e Escolarização da Infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, SP, Mercado das Letras, 2006.

SOUZA, Gizele. *Instrução, o talher para o banquete da civilização: cultura escolar dos jardins-de-infância e grupos escolares no Paraná, 1900-1929*. PUCPR, 2004. (Doutorado). In. <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo>.

SOUZA, Rosa Fatima de. *Templos de Civilização: A Implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.

VIDAL, Gonçalves Daiana. *Grupos Escolares. Cultura Escolar Primária e Escolarização da Infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, SP, Mercado das Letras, 2006.

VIDAL, Diana Gonçalves. *Tecendo História (e recriando memória) da escola primária e da infância no Brasil: Os grupos escolares*. Mercado de Letras, Campinas, n. especial, pp. 7-19, 2006.

_____. Diana Gonçalves. *Culturas escolares: Estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, no final do século XIX)*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.